JOSÉ MANUEL PAVÃO

DIVERSOS E DISPERSOS



VidaEconómica

José Manuel Pavão

Diversos e Dispersos

VidaEconómica

FICHA TÉCNICA

Título
Diversos e Dispersos

Autor
Autor

Editor
Vida Económica - Editorial, SA
R. Gonçalo Cristóvão, 14 - 2º • 4000-263 Porto
www.vidaeconomica.pt • http://livraria.vidaeconomica.pt

Composição e montagem
Vida Económica

Impressão e acabamento
Europress

Depósito Legal
540259/24

ISBN
978-989-788-192-3

Executado em dezembro de 2024

Nota: O texto é sem a aplicação do acordo ortográfico, porquanto inclui conceitos de direito estruturantes do sistema e a serem modificadas as letras pode conduzir à desvirtuação técnico-jurídica, até porque o livro também se destina ao Brasil, onde não foi acolhido o acordo.



O conteúdo deste livro não pode ser reproduzido nem transmitido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outros sem prévia autorização escrita da editora Vida Económica e do Autor.

A cópia ilegal viola os direitos dos autores.
Os prejudicados somos todos nós.

© Todos os direitos reservados para Vida Económica, Editorial, SA

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, eletrónico ou de gravação, ou qualquer outra forma copiada, para uso público ou privado (além do uso legal como breve citação em artigos e críticas) sem autorização prévia por escrito da Vida Económica – Editorial, S.A.

Veja no final deste livro como se registar na n/ editora e receber informação sobre lançamentos, iniciativas e promoções da Vida Económica – Editorial SA

Aos meus netos,

Raul, Xavier, Álvaro e Camila,

cujos inocentes caprichos me deliciam, às

vezes me emocionam até às lágrimas

e são testemunho da vida que se repete

PREFÁCIO

José Manuel Pavão é, para mim, uma pessoa muito especial. Uma daquelas pessoas que impressionam logo a partir do primeiro contacto. Foi o que sucedeu entre nós desde o momento em que nos conhecemos e trabalhámos juntos no Parlamento. Foi empatia á primeira vista. Daí para cá, por força das opções de vida de cada um, os contactos são mais distantes e esporádicos. Mas sempre afetuosos e impressivos. Fala-se com José Manuel Pavão e sente-se a força do caráter e das convicções. Não fosse ele um português de gema e um transmontano do coração.

Primeiro, o Dr. Pavão – foi assim que sempre o tratei – foi um profissional de referência, em toda a sua vida de médico e, em particular, como cirurgião pediátrico e diretor do Hospital Maria Pia. Mais do que uma vez ouvi referências altamente elogiosas à sua atividade profissional. É uma daquelas pessoas que deixam sempre uma marca forte e indelével por todos os lados por onde passam. Este homem serviu, dignificou e prestigiou o Serviço Nacional de Saúde.

Depois, José Manuel Pavão exerceu atividade política, no plano local e nacional. Sempre em obediência às melhores regras do serviço público. Exibindo sempre qualidade, exigência, competência e dedicação às causas que abraçou. Foi assim como deputado pelo distrito de Bragança à Assembleia da República. Uma voz sempre respeitada por apoiantes e adversários. Foi assim também no Poder Local, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela. A sua paixão pela vida autárquica levou-o, de resto, a fundar e a ser Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais. Numa palavra: um político que serviu a política com dignidade, desprendimento, rigor ético e preocupação permanente pelo serviço público.

Terceiro, José Manuel Pavão é uma pessoa bairrista. De um bairrismo saudável, mas não exacerbado. Sente a sua terra e vive a sua região com paixão e entusiasmo. Sente-se isso nas conversas que fluem com facilidade. O Dr. Pavão é um excelente conversador. E constata-se isso também em várias das intervenções que fez como deputado, algumas das quais consagradas neste livro. A preocupação em levar à sua região, por exemplo, os ex-Presidentes do Parlamento, Almeida Santos e Mota Amaral, são disso um inequívoco e saudável exemplo. É o gosto, o prazer e o empenho em dar visibilidade à sua terra, projetando-a e prestigiando-a. Um homem assim merece respeito e admiração.

Finalmente, o Dr. Pavão é um amigo do seu amigo. É simpático, prestável, generoso, honrado, leal e solidário. Mas é, além disso, um amigo de causas e um amigo com convicções. A sua amizade é fundada no caráter, alicerçada em convicções e potenciada por causas. Dá gosto ter como amigo uma pessoa assim. É este o privilégio que tenho. O privilégio de poder usufruir da sua amizade.

É tudo isto que faz do Dr. Pavão uma pessoa muito especial. Mas há mais. Este é também um homem culto, informado, intelectualmente preparado, superiormente estruturado e conhecedor da vida e do mundo.

Estas qualidades comprovam-se com a leitura destas suas "Memórias". Aqui estão, neste livro, crónicas, artigos de opinião e muitas intervenções públicas de vária natureza e com diversos matizes. Em todos esses momentos constata-se que o autor é profundo a pensar, estruturado a refletir, sólido e consistente a desenvolver o seu pensamento.

A este facto não é estranha a sua já vista atividade editorial. Escreveu os livros "Cidadão de Fraldas", "Dia Mundial da Criança", "Figuras e Factos", "Maria Pia, Rainha e Mulher", "Uma História de Moira Encantada".

Esta vasta atividade editorial e intelectual tem, para mim, uma grande importância e significado. Em Portugal não é muito hábito as figuras

públicas escreverem, publicarem memórias e divulgarem o seu pensamento, a sua obra e as suas experiências. São poucos o que o fazem e, quando o fazem, é de forma muito esporádica e reduzida. E, todavia, uma figura pública – da política ou de fora da política – não tem apenas o direito de escrever e de publicar. Tem também, e sobretudo, o dever de o fazer. Não por exibicionismo mas por dever público. O dever público de transmitirem às gerações presentes e futuras o seu pensamento, a sua história, a sua experiência de vida, o seu contributo para a sociedade, o seu exemplo de serviço público.

Esta obra é mais um exemplo notável. O exemplo de quem não se esconde. Expõe o seu percurso e desenvolve o seu pensamento, com liberdade e responsabilidade. Como médico, como político, como dirigente associativo, como cidadão. O exemplo de quem não tem receio do escrutínio e até da crítica. É assim que se deve agir numa sociedade democrática, madura e civilizada. O exemplo de quem quer ajudar a fazer pedagogia e doutrina. O exemplo, em suma, de quem pratica a cultura do exemplo.

José Manuel Pavão é tudo isto. Um transmontano que assume com orgulho as suas raízes. Um profissional que regista com satisfação o seu contributo para a saúde. Um político que exibe com empenho o seu contributo para uma democracia de maior qualidade. Um cidadão com postura cívica empenhada, ativa e empreendedora. Um homem de família, com valores, princípios e apego à solidariedade.

Este livro não é um romance, mas lê-se como tal. É atrativo, sedutor e diferente do normal. Mas é, sobretudo, o testemunho de um homem genuíno, bom e de caráter.

Parabéns ao autor.

Um abraço ao amigo.

Luís Marques Mendes

NOTA PRÉVIA

"Tempus fugit""

Não se surpreenda nem interrogue aquela meia dúzia de leitores e amigos que fazem o favor de passar os olhos por estes mal ordenados escritos e veem agora em epígrafe uma inscrição latina que seguramente todos bem conhecem. Mais que um simples registo de circunstância é uma espécie de lamento por nunca ter avançado tanto quanto desejava no conhecimento dessa poderosa língua que sempre me fascinou e foi veículo duma civilização, criadora doutras culturas, mãe de várias línguas que sob formas e estilos diferentes é falada por muitos povos que a sentem como importante factor de coesão. E é também uma nota para lembrar o tempo como inquietação comum da Humanidade com o qual é preciso saber viver e conviver como deixou escrito Eclesiastes e que nem mesmo Santo Agostinho, bispo de Hipona e outros homens de sábios pensamentos foram capazes de definir!

Quem também desabafou sobre o tempo e seu mistério foi Ricardo Reis o médico ficcionado por Fernando Pessoa que atirou para o futuro a sua queixa de que *o tempo passa e não diz nada,* daí eu continuar a carregar a minha justificada dúvida qual sombra que me persegue e me interroga se é o tempo que passa por nós ou se somos nós que passamos por ele, mas o tempo parece agora correr mais célere e de repente, sim, de repente envelhecemos!

O cabelo embranqueceu, a euforia abrandou, a tolerância aumentou, a saudade agigantou-se e as doenças de insuportável oportunismo assaltam-nos sem aviso prévio e fazem os seus estragos que nem a mais

moderna medicina consegue resolver enquanto o tabuleiro das amizades e conhecimentos vai ficando mais vazio, um alerta subtil de que o momento pode chegar.

Regressar ao passado, ao paraíso da infância inocente ou à alegria saudável e riso contagiante da juventude, onde tudo é azul sem peso e crueldade como acreditava o poeta Eugénio de Andrade, só mesmo na nave do sonho. De vez em quando é isso que eu faço à procura de explicação para aquilo que sou como membro de família que criei, na sociedade como cidadão atento e participativo e na profissão procurando exercer com zelo e competência.

Então nos últimos tempos descubro-me vezes sem conta à procura de saber qual a razão porque aprecio tanto a leitura diária dos jornais e revistas, como dum ritual se tratasse a crer confundir-se com o vício, se bem que ao contrário do que possa pensar-se, só há benefício e proveito neste exercício tão salutar quanto aprazível.

Talvez por isso que desde há muito tempo tem bailado no meu pensamento a intenção de reunir uma mão cheia de artigos de opinião, comentários ou mesmo criticas fruto da minha colaboração com alguns jornais e que irei seleccionar a meu gosto e de acordo com os meus critérios para depois, como sempre fiz no passado recente oferecer à família, amigos do coração e aos conhecidos pelos quais tenho profunda estima e elevada consideração.

Face à modéstia dos seus conteúdos não está aqui em causa o valor da oferta, mas estará certamente o seu simbolismo e a partilha dos meus testemunhos que correspondem inequivocamente às portas abertas do coração e quanto nos vai na alma.

Também não sei se aquilo que vou escrevendo e publicando aqui ou além, desafiando algumas vezes os sensíveis critérios das redacções dos jornais terá algum valor, mas pelas reacções que uma ou outra vez ainda recebo, deduzo que vai valendo a pena este exercício de quem tem pela cidadania uma ideia de participação responsável. Claro está que as felicitações são sempre um aconchego ao ego, umas sinceras outras

nem tanto assim, as críticas corrigem os nossos erros e encorajam à perfeição e até os comentários menos agradáveis de quem se esconde no anonimato são acolhidos com a tolerância correspondente.

Não é fácil dar a cara como diz o bom povo mas quem passa ao papel aquilo que em dado momento da sua vida lhe invadiu a alma, fosse tão só por lhe ter despertado atenção, provocado prazer ou incómodo e até mesmo por sentir o dever de criticar ou dar sugestões como forma de contributo, assume uma responsabilidade pelo que assina e na maioria dos casos, sendo parte do objecto torna-se um puro acto de cidadania.

Sobre esta matéria confesso que ainda não li o muito publicitado livro do cronista e diarista Miguel Esteves Cardoso, mais conhecido pela sigla MEC no qual se propõe ensinar qualquer pessoa a escrever e encoraja a passar ao papel as suas ideias. Por aquilo que a mim me diz respeito quando escrevo é para responder ou tão só dar continuidade a um impulso que muito me dá prazer e corresponde a uma prática próxima do dever de colaborar nos assuntos públicos e comuns à sociedade, ao fim e ao cabo uma espécie de virtude cívica.

Compreendo e aceito que possa ensinar-se alguém a escrever através de regras gerais no âmbito da formação de jornalistas. Procurar o quê, quando, como, onde ou porquê fazem parte desse lugar comum mas a beleza duma narrativa ou sentimento insuflado num poema só pode ser alcançado por quem possui o talento e aperfeiçoa o objecto. Quem entre os que me leem não cederam já à emoção ou sentiram humedecer os olhos na leitura dum poema de Miguel Torga, Florbela Espanca, José Régio ou Cesário Verde? Quantos de nós experimentaram a delícia da escrita de Eça de Queirós, do sensível Raul Brandão, mestre Aquilino Ribeiro, o inconfundível Camilo Castelo Branco ou o desafio de penetrar no brilhantismo do barroco de Agustina Bessa Luís? Por isso, deixo aqui as minhas dúvidas sobre o ensino da escrita a toda a gente proposto por Miguel Esteves Cardoso. Além do mais, podemos acrescentar que Escrever é muito perigoso!

Pelo menos assim dizia o médico e diplomata brasileiro João Guimarães Rosa grande cronista e poeta e que eu demoradamente evoquei na minha intervenção em Brasília na lindíssima Embaixada de Portugal quando em representação da Ordem dos Médicos comemorava o Dia da Língua Portuguesa. Tal afirmação consta dum suplemento literário do Jornal Público de Dezembro de 1994 uma excelente peça onde se fala da escrita como um momento solitário e íntimo do escritor e que ao contrário das outras artes raras vezes conhece a reacção do leitor.

Ainda sobre a escrita e o escrever gostava de aqui convocar o nosso José Cardoso Pires, autor da "Balada da Praia dos Cães" e do inesquecível "De Profundis, Valsa Lenta" livro onde ele relata a sua experiência vivida quando sofreu um acidente vascular cerebral e que mereceu um primoroso prefácio do Professor Lobo Antunes, para o ouvir dizer que para escrever são precisas duas coisas:

1º - Saber gramática

2º - Esquecer a gramática,

o que é obviamente desconcertante mas eu entendo tal afirmação com o objectivo de dar largas à imaginação e criar novas formas de linguagem. Que o diga Saramago!

Irei, portanto, fazer uma escolha entre as muitas colaborações que tenho publicado ao longo dos anos, aqui e além em jornais diários, semanários ou na imprensa regional e que se encontram DISPERSOS, já que nunca pus ordem naquilo que vou fazendo. São pequenos textos escritos quase sempre de forma espontânea como crónicas, artigos de opinião ou cartas ao director e sob os mais DIVERSOS assuntos desde a política ao futebol, da saúde à poesia ou de guerra colonial ou poder local.

Procurarei também explicar aos amigos a razão porque o faço colocando em primeiro lugar a herança genética a que ninguém pode esquivar-se e a educação que recebemos em ambiente familiar e carregamos ao longo das nossas vidas. Daí para melhor compreensão, farei uma es-

pécie de retrato a sépia da família donde vim, curto e breve e como não poderia deixar de ser banhado em sentimentos com a saudade a servir de moldura o que se não lhe emprestar beleza, pelo menos torná-lo-á mais suave e compreensível.

Curiosamente e sempre que este propósito de voltar a seleccionar alguns textos e com eles fazer um "livrinho" de recordações me vinha ao pensamento lá estava também como zumbido desafiador a canção daquele exótico mas infeliz artista que tão cedo a morte levou e que dizia assim

- É para amanhã
Bem podias fazer hoje
Porque amanhã sei que voltas adiar
E tu bem sabes como o tempo foge
Mas nada fazes para o agarrar

(Variações)

até que há bem poucos dias quando na companhia de meus estimados amigos da Associação Nacional das Assembleias Municipais, Drs. Albino Almeida e António Afonso, numa visita à Escola Básica e Secundária da vizinha cidade da Maia dei de frente com uma citação do filósofo grego Platão, o autor da República que dizia assim:

- O começo é a parte mais importante do trabalho.

Confrontado e despertado pela frase do grego mestre do pensamento humano que eu não conhecia, no meio dum imenso e alegre burburinho que as muitas dezenas de jovens alunos provocavam entusiasmados pelos prémios e distinções que haviam recebido pelos seus trabalhos, uma inteligente iniciativa dos dirigentes da Associação das Assembleias Municipais, numa clara aposta no futuro, foi ali na verdade naquela inesperada mas contagiante circunstância que decidi por mãos à obra ou seja provar a mim mesmo que começar é afinal a parte mais importante do trabalho que sem o apoio dos amigos de sempre não teria sido possível concretizar.

Resta-me por isso agradecer o amável prefácio ao Sr. Dr. Luís Marques Mendes, então Ministro dos Assuntos Parlamentares durante a minha aventura como deputado pelo Partido Social Democrata, no distrito de Bragança, na IX legislatura, um amigo que todos os domingos com saber e simpatia deixa na televisão aos portugueses a sua visão política, social e cultural do país.

Ao Jornal Vida Económica na pessoa do seu director o meu amigo Dr. João Luís Sousa pelo acolhimento e apoio a esta iniciativa.

Também à D. Ana Maria Vilares que procurou, ordenou e dactilografou vezes sem conta estes textos e claro, à família a quem por certo roubei e por isso não usufrui alguns momentos de tranquilidade e bem estar, mas com diria António Guterres, é a vida!...

DIVERSOS E DISPERSOS

Entre as muitas coisas boas que trouxe de casa de meus pais, coloco em primeiro lugar o culto da família donde resplandecem luminosas a lealdade dos afectos, os robustos pilares da fraternidade, o respeito pelos outros e a solidariedade como primorosa evolução da caridade.

Havendo colaborado durante mais de duas décadas com a Confederação Nacional das Associações de Família, vulgo CNAF, onde exerci funções na sua Direcção e representei muitas vezes em diversas situações, obrigou-me tal circunstância a debruçar demoradamente sobre o conceito e percurso histórico desta figura cuja importância na sociedade merecia mais e melhor atenção por parte dos governos do país pois muito contribuiria para a segurança dos indivíduos e estabilidade da sociedade.

Não obstante haver quem diga que a família tradicional como reduto de segurança, estabilidade, sobrevivência, bem-estar e função educadora estar em vias de extinção o que me parece uma arriscada presunção, julgo que face às alterações sociais, demográficas e religiosas a que vamos assistindo não restam dúvidas que a figura e estrutura da família está em visível percurso de mudança. Disso nos dão conta, por exemplo, os autores dum livro intitulado "*Novos tipos de família*"[1], todos eles especialistas em Medicina Geral e Familiar e no qual fruto das suas já longas experiências e preocupações sobre as alterações verificadas na

1. Hernâni Caniço, Pedro Bairrada, Esther Rodriguez, Armando Carvalho

família são dadas a conhecer vinte e uma formas cada uma com a sua característica e com designações tão curiosas quanto surpreendentes como as que a seguir deixo apontadas:

Família grávida, família reconstruída, homossexual, monoparental, dança a dois, comunitária, hospedeira, consanguínea, fantasma, acordeão, flutuante, e mais umas tantas que ficam para quem quiser e tiver gosto em pesquisar.

Mas a quem os autores deste livro ainda não classificaram, foi esta família que nos chega agora pelas redes sociais e em vésperas das festas de São João sobre uma "*grávida de 19 filhos, mulher de 33 anos, prestes a ser avó e cujo marido tem outras 4 esposas e todos eles dividem a mesma cama. As outras mulheres vão ajudá-la na amamentação*"

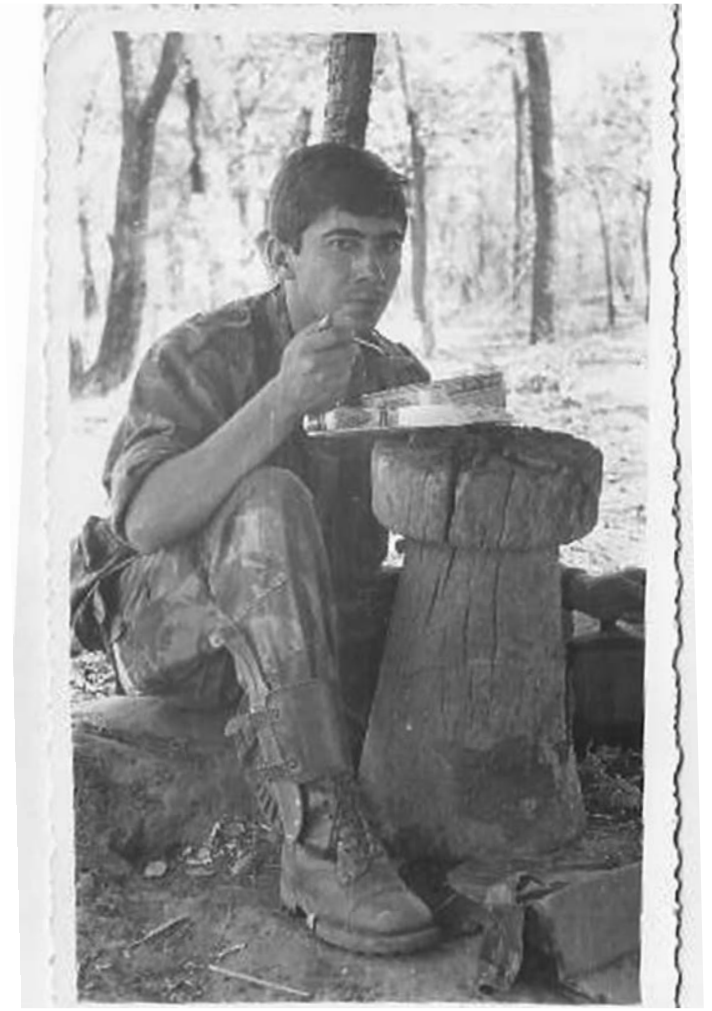
Se é verdade que a luta pela sobrevivência humana a tudo obriga, não é menos verdade que até na mais profunda e revoltante miséria há solidariedade.

Apesar da importância do tema que é sério e indesligável da sociedade, não me alargarei muito mais sobre a família. Todavia e dado o meu apreço por tudo quanto tem escrito a socióloga Maria Filomena Mónica não desejaria dispensar os meus amigos de aqui deixar também registado o seu pensamento sobre a família ou antes sobre as "Novas famílias" tal é o título do seu artigo.

Diz a escritora no seu livro de crónicas "*Os sentimentos duma ocidental*", que a "*a família é um conceito ambíguo que cobre uma variedade de ligações*", apontando como exemplos uma família ateniense da Grécia antiga fortemente patriarcal e outra duma casta indiana nos antípodas por ser rigorosamente matriarcal. De seguida, serve-se da vaga gigantesca que invade agora os países europeus sobre os filhos fora do casamento, elevado número de divórcios e a crescente esperança média de vida que os avanços científicos nos oferecem para podermos reunir e fazer uma " *foto de Natal com bisavós, avós, filhos, netos e bisnetos*", seis gerações, um acontecimento verdadeiramente notável para a humanidade, sobretudo se tivermos em conta que há pouco mais de um século a esperança média de vida era apenas de pouco mais de trinta anos!

CAPÍTULO I

A GUERRA



No início da década de cinquenta do século passado começaram a soprar pelo continente africano os ventos da liberdade para os povos que vivendo sob protectorados ou regimes coloniais ansiavam por assumir os seus próprios caminhos rumo à independência. Sob a bandeira dum então inesperado lusotropicalismo inventado pelo brasileiro Gilberto Freire, Portugal resistia à mudança apelidando-se a si próprio dum país pluricontinental e multirracial, cuja defesa a cargo do então ministro dos negócios estrangeiros, Franco Nogueira, teve relances merecedores de registo pelo seu denodo de tribuno e até alguma visibilidade com que o fez e cujos textos estão hoje plasmados em seis volumes à espera do devir. Para o efeito o regime ia incorporando nas suas tropas os mancebos nacionais de cada país, designados à época por províncias até ao dia em que um grupo de oficiais cansados da guerra por sucessivas comissões de soberania, ditaram o fim do Estado Novo através duma curta e apesar de tudo, suave revolução que descolonizou, democratizou, mas que decorridas cinco décadas não desenvolveu quanto prometeu e desejava!

Em Agosto de 1963, não tendo havido acolhimento ao meu pedido para retardar a incorporação militar, também o autor destas linhas então em trânsito para o terceiro ano na Faculdade de Medicina do Porto, balançando entre a recusa e o exílio, decidiu vestir a farda e durante três anos e meio, longos e duros serviu a Pátria no norte de Moçambique.

Se estar longe da pátria e da família já não é agradável para ninguém, viver em ambiente de guerra onde de súbito se descobre que é vital zelar pela segurança e garantir a sobrevivência então aí o decurso dos dias torna-se difícil ainda mais agravado por uma ansiedade que se cola ao nosso quotidiano.

Tivesse eu a capacidade e o talento para descrever a angústia que nos assalta mas não mostramos quando em locais inóspitos onde se perde a noção do tempo, nos tornamos vulneráveis às inesperadas agressões dum inimigo oculto e traiçoeiro enquanto pensamento teimosamente balança entre o fervor patriótico e o reconhecido direito dos povos à liberdade, por certo os que me lêem se tornariam solidários comigo face

CAPÍTULO II

PARLAMENTO

Quando o meu amigo senhor Major Valentim Loureiro, uma figura bem conhecida dos portugueses em particular dos nortenhos, decidiu abrandar a sua actividade empresarial e fazer uma fulgurante incursão pela política mormente no Poder Local, dada a sua condição de presidente da Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata, convidou-me para integrar a lista de candidatos à Assembleia da República. Não obstante a honra do convite e o gosto com que o aceitamos, entendeu a mãe dos meus filhos e eu próprio que não seria o momento adequado, pelo que só alguns anos mais tarde pude concretizar tal aspiração em representação do meu distrito de Bragança. Ainda assim, não foi nada fácil conciliar embora que parcialmente, a actividade profissional com a política o que fiz com muito gosto e dedicação, não podendo dispensar-me de agradecer à Laura haver assumido o comando e gestão do barco familiar, o que fez com apreciada desenvoltura e mestria.

Foram quatro anos de repetidas viagens semanais entre Porto e Lisboa, de progressiva adaptação e instalação na capital com períodos de inesperada e desagradável solidão, de numerosas deslocações ao nordeste transmontano no âmbito da actividade político-partidária mas igualmente tempos de desafio às nossas capacidades de intervenção onde nem sempre a liberdade de pensamento e acção convivem bem com a compreensível disciplina partidária.

Sempre considerei ser uma honra a eleição para este órgão de soberania e nunca confundi o interesse partidário com o interesse nacional.

Também nunca me deixei seduzir pelo exercício doutras funções, embora reconheça o peso e importância da circunstância familiar e actividade profissional quando colocados no prato da balança decisória.

Deu-me um enorme prazer levar à pequena aldeia de Caçarelhos, concelho de Vimioso, os senhores doutores António Almeida Santos e João Bosco Mota Amaral, à época respectivamente último e actual presidente da Assembleia da República, vindos de comboio desde a estação de Foz-do-Tua até Mirandela, viagem simbólica em defesa daquele serviço ferroviário e preservação da paisagem única do Vale do Tua ameaçados pela construção da barragem hidroelétrica.

A comitiva a que se juntou a escritora Agustina Bessa Luís que nesse tempo viaja regularmente comigo para Lisboa foi recebida pela família Pinto de Azevedo no seu magnífico solar na aldeia de ValePradinhos, Macedo de Cavaleiros seguindo depois para Caçarelhos, concelho de Vimioso onde em agradável e memorável convívio recriamos a conhecida sátira de Camilo Castelo Branco, a "Queda dum anjo". Como por certo todos saberão trata-se da história ficcionada de Calisto Eloi de Silos e Benevides de Barbuda um fidalgo transmontano da aldeia de Caçarelhos que tendo sido eleito para o parlamento rapidamente se deixa seduzir pelas luzes e prazeres da capital do reino cedendo ainda à beleza duma prima brasileira por quem se encantou. Por sua vez a esposa esquecida vinga-se comportando-se de modo similar.

CAPÍTULO III

O PODER LOCAL



Durante dezasseis anos entre 2001 e 2017, período correspondente a quatro actos eleitorais os Mirandelenses confiaram-me a presidência da Assembleia Municipal e só não obtive mais um mandato porque conforme explico no artigo que junto de seguida intitulado "*Roma não paga a traidores! E Mirandela paga?*", alguns elementos do grupo municipal social democrata não resistindo ao assédio e às tentadoras promessas que lhe batiam à porta deitaram para trás das costas a lealdade reiterada em prévia reunião partidária.

Durante este longo período tive também o gosto e privilégio de presidir, por eleição dos meus pares, à Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes cujas sessões decorriam por regra no bonito e moderno teatro municipal da cidade de Bragança.

Foi um período de intensa actividade que me deixou boas recordações, razoável experiência, alguns projectos e muitos desafios.

Nestas andanças da política nacional é quase um lugar comum ouvirmos dizer que o Poder Local Democrático foi a grande conquista da revolução de 25 de Abril de 1974! De facto, não é só nos actos eleitorais que se realizam de quatro em quatro anos que os cidadãos têm poder de escolher os seus representantes para os órgãos autárquicos, pois as assembleias municipais e as reuniões dos Executivos Camarários ou Juntas de Freguesia permitem que participem activamente perguntando, comentando, ou criticando até o mais genuíno exercício do que deve ser a cidadania activa como certamente todos desejamos e exigimos.

Não sendo o orgulho um sentimento muito recomendável na maior parte das circunstâncias, ainda assim sentimo-nos muito felizes pelo trabalho que fizemos em Mirandela no âmbito do Poder Local, surgindo no decurso deste longo processo a "*Declaração de Mirandela*" que ficará a pairar no devir para reflexão dos que se interessam pela vida pública, prazer no sentimento de pertença dos mirandelenses e que junto neste livro.

CAPÍTULO IV

BARRAGEM DO TUA

Á semelhança do que podia considerar-se um registo de declaração de interesse confesso agora que nas numerosas reuniões e debates em que participei face ao projecto de construção da barragem hidroeléctrica da foz do rio Tua e à consequente ameaça de desaparecimento do troço mais deslumbrante da centenária linha ferroviária, uma obra notável da engenharia portuguesa, nunca me abandonou a visão sentimental deste rio com as suas leiras quais jardins alcantilados que lá do alto miram os açudes e azenhas ancestrais e que ao longo de milénios as águas desenharam verdadeiras esculturas na pedraria.

Todavia, nunca esta agradável memória visual me impediu de assumir posições ou assinar declaração cujos conteúdos e objectivos eram no meu ponderado critério em favor dos interesses da região nordestina e das suas populações.

A par e passo com a Plataforma Cívica da Linha do Tua que muito fez para evitar a construção da barragem e manter a linha ferroviária modernizada e segura com ligação à Galiza, numa perspectiva de investimento turístico e desenvolvimento regional ocorre-me uma reunião efectuada num quente mês de Agosto no museu do Douro na cidade da Régua e ao qual estavam presentes duas senhoras em representação da Unesco incumbidas de obter informação capaz de as habilitar à importante decisão sobre a manutenção do estatuto da região vinícola do Douro como património da humanidade face ao risco da construção da Barragem do Tua com a qual iria conflituar.

Quem também participou foi o empertigado embaixador Seixas da Costa que na Unesco havia já desempenhado funções em representação de Portugal e cuja acção de bastidores não deixará de ter tido importância na decisão final da agência das Nações Unidas.

Sabemos hoje que esta barragem foi um grande negócio para a electricidade de Portugal, EDP, também para a empresa construtora, Mota Engil, já que como produtora de energia hidroeléctrica funciona efectivamente e apenas uma vez por ano.

Não tem aqui cabimento falar dos benefícios obtidos quanto ao desejado desenvolvimento da região nordestina ou mesmo do país, mas não podemos dispensar-nos de recordar que após a inauguração da barragem do Tua, o atrás referido embaixador se tornou administrador da poderosa EDP e tendo-lhe por certo sabido a pouco o valor da tença, como cantava com graça o Sérgio Godinho, acumulou também funções de administrador da empresa construtora do imóvel.

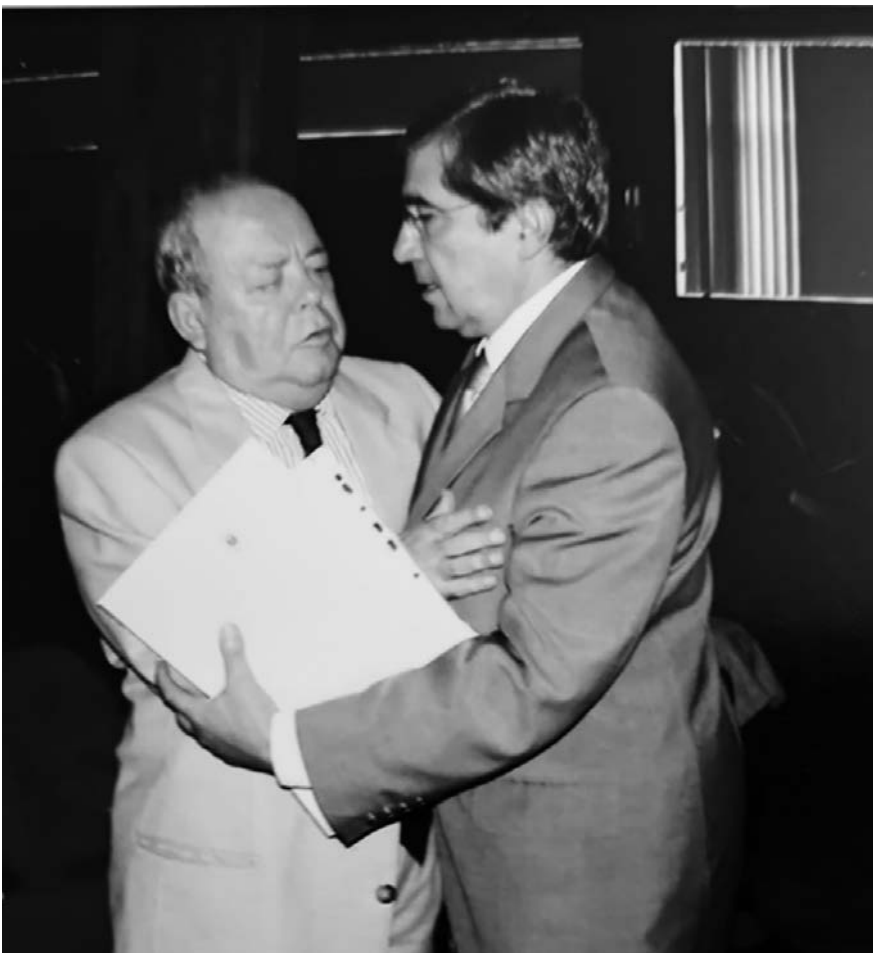
Na mesma linha de acção e pensamento também os antigos presidentes das Câmaras Municipais José Silvano de Mirandela e João Teixeira de Murça, não podendo vencê-los, como diz o bom povo, juntaram-se a eles! O primeiro como director executivo a gerir milhões na Agência do Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e o segundo carreando visitantes para as obras em curso no intuito de garantir alguns simpatizantes e assim suavizar a constante e azeda polémica que os ambientalista e opositores vinham desenvolvendo.

São todos bons exemplos e testemunhos do Portugal ancestral, pequenino e mesquinho colocando os interesses e vantagens pessoais acima dos interesses colectivos e causas regionais ou até mesmo nacionais.

É desse período de lutas e polémicas que aqui deixo um pouco do que escrevi e publiquei, dando prioridade ao artigo sobre a visita dum grupo de sacerdotes da Diocese de Bragança, artigo esse que o então director do "Mensageiro de Bragança" se recusou a publicar em reprovável acto de censura pois presumia ele desconsiderava o titular da Diocese o Sr. D. José Manuel Cordeiro pessoa que eu muito estimo,

CAPÍTULO V

IMPRENSA REGIONAL



Homenagem ao jornalista Rogério dos Reis, Mirandela 2003.

Olhada se soslaio por muitos, pouco acarinhada se não mesmo desconsiderada por alguns, a imprensa regional sobrevive graças a uns tantos carolas, a palavra é exacta não há equívocos que dado o seu gosto pelas letras, o apego à terra e região onde nasceram, residem, trabalham ou criaram família, também pelo interesse posto na informação como fonte de cultura, vão resistindo em cada dia mais despovoado e abandonado interior do país, havendo exemplos merecedores de boa atenção e justificado apoio à sua sobrevivência.

É o caso do quinzenário da minha terra natal, o Notícias de Mirandela que desde há cerca de sete décadas tem sabido resistir à indiferença levando à diáspora o que se passa no concelho e região e ao qual tenho dado sempre que possível o meu modesto contributo. No distrito de Bragança merecem também referência o Jornal do Nordeste que sempre me abriu as portas e o Mensageiro de Bragança que as fechou desde o dia em que recusou publicar o meu artigo sobre a Igreja bragançana e a barragem do Tua.

Neste contexto gostaria de explicar que quando algumas páginas atrás usei o termo " pasquinadas" tinha o pensamento focado num episódio ocorrido durante a minha passagem na Assembleia da República e ao qual o Mensageiro de Bragança deu espaço e abrigo na vã tentativa de macular a minha pessoa e imagem publica. Era então seu director Inocêncio Pereira um homem de hábitos aparentemente cordiais mas genuinamente sacristas que da ética tinha uma ideia longínqua e que a sua miopia política e cultura não ajudavam nada.

Não tendo tido o cuidado e dever de previamente me contactar, publicou uma peça onde alertou os leitores sobre a minha iminente perda de mandato como deputado.

A resposta que mereceu foi cuidada, não excessiva e chamei-lhe "Mabecos" que aqui vos deixo ao vosso dispor e eu recordar.

Todavia não ficaria completa e até seria injusto da minha parte se nesta pequena nota introdutória ao capítulo da Imprensa Regional não fosse feita uma bem merecida referência ao saudoso amigo Rogério

CAPÍTULO VI

PONTE MARIA PIA

A meu ver, deve-se a Hans George Spiekermann, um alemão apaixonado pelo Porto e dinâmico ambientalista ter trazido a público a velha Ponte Maria Pia entretanto desactivada pela construção da nova ponte ferroviária São João que a substituiu no início da década de noventa.

Fê-lo através duma curiosa provocação quando sugeriu a sua deslocalização para o morro do Palácio de Cristal na projectada conjugação com a correspondente margem de Vila Nova de Gaia.

Depois, um grupo de portuenses ilustres entre os quais se contavam Agustina Bessa Luís, Nuno Grande, Paulo Valada, Almeida e Sousa, Rosa Mota e mais uns quantos entusiastas decidiram criar uma Liga de Amigos tendo em vista preservar a monumental obra de Gustavo Eiffel e pugnar pela sua digna reutilização.

Após alguns anos de letargo, ainda assim foram realizados sucessivos contactos com os representantes autárquicos das cidades ribeirinhas sem que daí tivesse resultado algo visível e concreto, até que havendo aparecido um projecto de reutilização da ponte credível e merecedor de atenção assinado pelo prestigiado gabinete de arquitectura J. Teixeira Sousa, a Liga de Amigos readquiriu nova vitalidade e retomou os contactos com a entidade detentora deste património tendo em vista concretizar os objectivos dos seus estatutos.

É desse percurso de luta, já longo no tempo, algo difícil na resistência ao marasmo dos burocratas, mas sempre persistente e sonhador que

deixamos alguns testemunhos e a grata saudação a quantos nos acompanharam e ainda estão ao nosso lado na perspectiva de obter e garantir a preservação e reutilização possível deste singular monumento nacional contribuindo assim para a dinâmica da cidade do Porto que vive um momento único de visitantes e também para a boa imagem do país. O primeiro texto deste capítulo é a transcrição do discurso de apresentação da liga de Amigos realizada no dia 25 de Março de 1998 no salão nobre do Real Colégio dos Órfãos hoje Colégio dos Salesianos.

APRESENTAÇÃO DA LIGA DE AMIGOS

Consta que Alexandre Magno, Rei da Macedónia, antes de partir para a campanha da Ásia, chamou os seus amigos e dividiu entre eles todos os bens que lhe pertenciam.

Surpreendidos, os contemplados perguntaram-lhe o que restava para si. A mim, resta-me a Esperança, respondeu.

Se aqui trago este episódio sobre uma figura bem conhecida da História Clássica e antiga, e cuja obra foi paradoxalmente de bondade e civilizadora, é para assegurar a V. Exªs que também nós, fundadores da Liga de Amigos da Ponte Maria Pia, em cuja escritura se dignaram participar e assistir, abraçamos o nosso projecto com o coração cheio de ESPERANÇA.

Com Esperança mas também com Fé, porque acreditamos na bondade dos Homens, no seu sentido de justiça e sobretudo nas tradições de solidariedade do Porto e do Norte, onde como é sabido, nem sempre as crises económicas provocaram crises sociais, porque existiu o auxílio entre uns e os outros, entre os capazes e os desfavorecidos.

Temos portanto boas e numerosas razões para acreditar.

Veja-se só do que o Porto é capaz!

Sai a público a hipótese de mudar o poiso aos seus monumentos, e aí está o Povo a reagir exaltado e indignado como se tivesse sido beliscado no essencial.

CAPÍTULO VIII

CARTAS AO DIRECTOR

A maioria dos nossos jornais impressos que como é público atravessam tempos muito difíceis de sustentabilidade face à rápida transição para o digital tem um figurino comum na apresentação e distribuição do seu noticiário.

Compreensivelmente, tem na sua primeira página títulos chamativos. Seguindo-se temas de grande actualidade, depois artigos de opinião com periodicidade semanal ou quinzenal assinados por nomes conhecidos remunerados ou não. Logo o desporto e lazer, depois o futebol com seu destaque habitual e finalmente num espaço menor uma secção com opiniões em textos curtos dos assinantes e simpatizantes denominado "cartas ao director".

Desiludam-se aqueles que fazem fé nos repetidos brados das direções sobre a importância capital dos leitores na vida, qualidade e futuro dos jornais pois a meu ver trata-se apenas de campanhas para angariação de assinantes de algum modo, indirectamente, um encorajamento à leitura e informação tão indispensável à vida colectiva.

Cientes do seu poder, redactores e editores fecham-se na sua gaiola e raramente fazem uso dos critérios universais duma informação rigorosa, transparente e independente, cultivam por interesse a boa relação com financiadores e retraem-se nos assuntos mais sensíveis ou então à margem das duas conveniências.

Ainda assim, esta prática de cartas ao director que eu uso com regularidade e prazer e faço de modo espontâneo, não deixa de ser uma es-

pécie de diálogo de surdos com as redacções e um grito do cidadão comum, o homem cinzento como o saudoso colega e amigo Dr. Taborda de Vasconcelos reconhecido ensaísta literário com quem muito convivi e aprendi chamava ao homem sem nome que se cruzava connosco na rua a quem nem sequer fitávamos o rosto mas que neste país inquieto e triste por uma justiça eficaz e macilenta aguarda esperançado uma grande reforma social.

FUTEBOL E POESIA

Até o Público, companheiro leal a quem desde o seu nascimento dou os bons dias com agradável regularidade, não conseguiu distanciar-se do episódio com a parcimónia a que habituou os seus leitores.

De facto, à semelhança das televisões que no dia de ontem empanturraram os espectadores com longas e maçadoras reportagens sobre o regresso triunfal e teatral do argentino Di Maria ao Benfica, também o Público para nossa surpresa concedeu duas páginas ao assunto, tantas quantas dispensou para assinalar o centenário da morte do grande poeta e panfletário politico que foi Guerra Junqueiro.

Nada temos contra o futebol, modalidade desportiva que muito apreciamos e a' qual reconhecemos o espaço e oportunidades criadas na aproximação dos povos e suavização de tensões em zonas de conflitos.

Contudo, não nos parece que estimular emoções das massas, particularmente dos jovens e adolescentes até às lágrimas abrindo caminhos a uma espécie de idolatria, seja uma prática merecedora de apoio e aplauso. Bem pelo contrário, tais espectáculos deviam ser objecto de análise serena esperando que daí saíssem regras e práticas mais cautelosas e moderadoras de tanta e a meu ver, injustificadas euforias.

O VERDADEIRO ARTISTA

Nesta longa metragem sobre o comportamento de alguns governantes face à corruptela comum e que o Governo em exercício vem oferecendo aos portugueses, do que eu gostei mesmo foi da interpre-

CAPÍTULO IX

CENTRO MATERNO INFANTIL DO NORTE, CMIN

Presumo que alguns dos nossos leitores ao constatarem a inclusão neste livro do assunto aqui em epígrafe, irão por certo enrugar a testa ou franzir o sobrolho, o que é muito natural, pois eu próprio hesitei durante algum tempo até que convicto das minhas razões tomei a decisão de o fazer.

É que, não obstante o tempo já decorrido entre o encerramento do velho Hospital de Crianças Maria Pia e a abertura do novo hospital agora Materno Infantil, CMIN, muita coisa ficou por dizer propositadamente olvidada por protagonismos ávidos de palco e visibilidade, factos que não sendo de todo uma realidade acabaram por ser uma injustiça que nem o mais humilde dos franciscanos pode silenciar. De facto quando em Abril de 1987 aceitei integrar a Comissão Instaladora nomeada pelo saudoso Dr. Jacinto de Magalhães, então Director-Geral dos Hospitais, com a missão, entre outras, de rever o projecto do novo hospital pediátrico, cedo me dei conta da importância para o futuro de juntar numa só entidade a assistência à saúde das mães e crianças.

Foi assim que no dia 8 de Agosto de 1988, curiosa data, dirigi ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Engº Costa Freire um alerta capaz de interromper o projecto em curso dum novo hospital pediátrico que previa quatrocentas camas e a edificar na Estrada Interior da Circunvalação, o qual tendo sido bem recebido marcou uma nova etapa

na concepção do projecto Materno-Infantil e que na cidade do Porto juntasse finalmente o percurso histórico do velho Hospital de Crianças Maria Pia e a Maternidade Júlio Dinis curiosamente não muito distantes e ambos situados no coração da cidade.

Sobre este longo percurso a que a escritora Agustina Bessa Luís então Presidente do Conselho Geral do Hospital chamou com justificada razão uma "História de moira encantada", bem se justificaria hoje contar o número de vezes que saímos em sua defesa nos editoriais da revista Nascer e Crescer que de algum modo assinalava também a primeira etapa desta caminhada. Na mesma linha de acção devemos registar ainda os debates públicos, as comemorações de efemérides, os muitos artigos de opinião em jornais e revistas e até a inesquecível edição dum livro "Uma Pequena Onda" em que vinte escritores e vinte artistas plásticos deram também o seu contributo numa bem intencionada recriação do livro "Óbolo às crianças" com que Camilo Castelo Branco nos finais do século XIX apoiou o Hospital Maria Pia. É dessa obra que aqui transcrevemos a sua nota introdutória:

- "*Quando em 31 de Dezembro do já longínquo ano de 1881, um grupo de portuenses ilustres decidiu construir um hospital para crianças pobres e doentes, logo de seguida também o genial Camilo o rubricava o seu "Óbolo às Crianças" em apoio ao referido hospital.*

Era o alvorocer duma grande e ampla acção de solidariedade social vertida em exclusivo para o hospital que à boa maneira da época em breve tomaria o nome da sua protectora a rainha Maria Pia.

A partir de então e até ao final do século o Porto assistiu e participou em numerosas iniciativas de carácter recreativo e cultural destinadas a angariar fundos para a manutenção e melhoria duma das instituições mais queridas dos portuenses.

Após largo período de esmorecimento, ponteado aqui e além por almas generosas para quem as crianças nunca deixaram de significar a certeza do futuro de todos nós, vem agora um grupo de escritores e artistas do Porto despertar a consciência colectiva da cidade manifestando o seu apoio ao Hospital de Crianças Maria Pia. Como sempre

CAPÍTULO X

GUINÉ-BISSAU



Presidente Nino Vieira, Presidente Jorge Sampaio e José Manuel Pavão - Salão Nobre Hospital Maria Pia 1996.

Em Novembro de 1980, a convite da Fundação Calouste Gulbenkian, estive em Bissau integrando um grupo de médicos e enfermeiros do Hospital de São João, com o objectivo de fazer um levantamento do panorama assistencial na área materno infantil da cidade capital e sempre que possível participar activamente nos actos médicos e cirúrgicos que iam surgindo.

Antes de mais gostava de recordar o acolhimento e a convivência verdadeiramente fraterna que nos foi proporcionada pelos nossos anfitriões e que muito me surpreendeu e sensibilizou na medida em que estava ainda muito fresca na memória de todos o conflito militar que tinha oposto os nossos dois países, pormenor que me obrigou durante alguns dias a refletir sobre o sagrado direito dos povos à sua independência e escolha responsável dos seus destinos e também à importância da língua que sendo comum é factor de aproximação e coesão.

Foi uma experiência única e inesquecível poder estar no terreno, assistir e ser parte da realidade deste então jovem país sem quadros médicos, sem enfermeiros e técnicos lutar com denodo na procura de soluções para as suas infindáveis carências que iam ser suavizadas pela ajuda de amigos, mormente daqueles que haviam participado na luta pela libertação.

A meio da nossa estadia, o então ministro da Saúde num gesto de simpática cortesia ofereceu ao grupo onde se contavam os colegas pediatra Álvaro Aguiar e a anestesista Amélia Melo, um fim-de-semana na ilha de Bubaque no arquipélago dos Bijagós, um excesso de natureza como Miguel Torga classificava a paisagem duriense e a nós face às infindáveis praias de areia branca, à beleza e tranquilidade das águas tépidas e ainda a exótica e luxuriante vegetação parecia um verdadeiro paraíso. Mas não há bela sem senão!

E a meio da noite, o agente destacado para nos acompanhar veio acordar-me e profundamente assustado dizer que em Bissau decorria um golpe de Estado e que os militares viriam à ilha prender o então presidente da República Luís Cabral cuja residência estava a menos de uma centena de metros do local onde pernoitávamos. Foi, de facto, uma longa noite de insónia e alguma inquietação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Novos tipos de família – 2011 Imprensa da Universidade de Coimbra

- Repensar as famílias – Fionna Williams Fundação Calouste Gulbenkian 2010

- Financiamento Público do Jornalismo –J.N. 02-06-2024

- História de Portugal – Oliveira Martins

- Sentimentos dum ocidental – Maria Filomena Mónica 2002

- A Família, Público – Madalena Barbosa 14-02-2005

- Homens de Letras – Cruz Malpique

- Pasquinadas – Fialho de Almeida

- Pedra Filosofal – António Gedeão

- Os Simples – Guerra Junqueiro

-- Camilo, génio e figura – Agustina Bessa Luís 1995

- O tempo da vida – Fundação Calouste Gulbenkian 2008

- Três meses de inverno – José de Araújo Correia 1947

- História de Portugal – Oliveira Martins

- Homens de Letras – Cruz Malpique 1956

- Quando os médicos escrevem - Taborda de Vasconcelos 1996

- História da Família – Terra mar, 1986

- A Família como parceiro social, Teresa C osta Macedo



JOSÉ MANUEL DE LEMOS PAVÃO

São Salvador, Mirandela, 4 de Novembro de 1941. Casado com Laura, pai de 3 filhos e de 4 netos. Estudou em Bragança e licenciou-se na Faculdade de Medicina do Porto. Especialista em Cirurgia Pediátrica, foi presidente do Colégio de Especialidade e da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Pediátrica. Director do Hospital de Crianças Maria Pia e mentor do Centro Materno Infantil do Norte. No âmbito da Ordem dos Médicos foi secretário permanente da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, onde criou um prémio literário em defesa da língua.

Presidiu à Assembleia Municipal de Mirandela, 2001-2017, e à Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, 2010-2017, fundou e foi presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, ANAM. Deputado à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata 2002-2005, onde presidiu ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Guiné Bissau. Fundador da Associação de Amizade Portugal/Guiné Bissau.

Homenageado pela UNICEF em 1994.

Presidente do Centro Social do Barredo.

Membro da Rede europeia Anti-Pobreza.

Cônsul Honorário da República da Guiné Bissau na cidade do Porto. Presidiu à IPSS, Centro Social do Barredo, colaborou na Rede Europeia Anti Pobreza do Norte. Fundador do Clube de Negócios Luso-Hispano-Guineense. Vice-presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Presidente da Liga de Amigos da Ponte Maria Pia com vista à sua reutilização. Fundador do Rotary Clube Porto-Oeste. Colaborador na imprensa diária e regional. Publicou o seguinte:

- "Dia Mundial da Criança", "Cidadão de Fraldas", "Uma pequena Onda", "Enurese", "Guiné Bissau - Séc. XXI", "Algumas figuras e factos", "Maria Pia, rainha e mulher", Silhuetas e recordações", "Cultura e Sobriedade", "Revisitando o Abade", "Poder Local", "De Mirandela para o país", "Ir ao Inferno e voltar".

www.vidaeconomica.pt

ISBN: 978-989-788-199-2

Visite-nos em
livraria.vidaeconomica.pt